
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 031/2025
INEXIGIBILIDADE Nº 005/2025
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025

1. PRÊAMBULO

A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, inscrita no CNPJ nº 83.826.370/0001-00. com endereço na Rua Agenor Trancoso, nº 378, Bairro São Luiz, na cidade de Capinzal - SC, por meio da formalização de Termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme condições estabelecidas no referido Termo.

Fundamento Legal:

- a) Lei nº 13.019/2014, art. 31 inciso II
- b) Lei nº 13.019/2014, art. 32
- c) Lei Municipal nº 2.701/2024
- d) Decreto Municipal nº 442/2017.

2. OBJETO

- 2.1. Objeto: Repasse de recursos para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.
- 2.2. Projeto Proposto: Repasse manutenção atividades APAE de Capinzal.
- 2.3. Descrição dos itens de acordo com o plano de aplicação dos recursos financeiros:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QT	UNT	TOT
01	Folha de pagamento, 13º salário, férias, encargos sociais, manutenção dependências APAE (elétricas, hidráulicas, reformas alvenaria, carpintaria, alarme, portão eletrônico e interfonos), farmácia (medicamentos, equipamentos e materiais), água, luz telefone, combustível, mercado, manutenção veículos, material escolar, didático e de escritório, material gráfico, material oficina pedagógica madeira, materiais e tinta), equipamentos clínica, floricultura, mensalidade internet, revelação de fotos, ovos coloniais, serviços de moto taxi, gás de cozinha, seguro veículos, higienização cadeira de rodas e veículos, manutenção filtros de água, serviços terceirizados (médico, Psicológicos, Fonoaudiólogos, Terapia Ocupacional, Equoterapia, limpeza	Mês	10	10.000,00	100.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE OURO

Rua Gov. Jorge Lacerda - nº 1.209 - Centro – 89.663-000 – Ouro – SC

CNPJ nº 82.777.228/0001-57 – Fone/Fax: (0**49) 3555-7000

VISTO
PELO
JURÍDICO

Fls.: _____

	e manutenção dependências e pátio), Cursos (alunos, professores e funcionários), manutenção computadores, material de informática, eletrodomésticos, eletro portáteis, móveis, cadeira de rodas, dedetização e Festival nossa arte e Olimpíadas das APAEs (Hotel, uniformes, inscrições, figurinos, alimentação e transporte).				
--	--	--	--	--	--

3. VALOR TOTAL DA PARCERIA

3.1. R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), conforme Plano de Trabalho da OSC.

3.2. Cronograma de pagamento:

PARCELA	MÊS	VALOR
01	Março	R\$ 10.000,00
02	Abril	R\$ 10.000,00
03	Maiο	R\$ 10.000,00
04	Junho	R\$ 10.000,00
05	Julho	R\$ 10.000,00
06	Agosto	R\$ 10.000,00
07	Setembro	R\$ 10.000,00
08	Outubro	R\$ 10.000,00
09	Novembro	R\$ 10.000,00
10	Dezembro	R\$ 10.000,00

4. PERÍODO DE EXECUÇÃO

4.1. A vigência será de 05/03/2025 até 31/12/2025, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no Art. 55 e Parágrafo Único, da Lei nº 13.019/2014.

5. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes deste processo correrão por conta de dotação do exercício vigente:

Ação 2020 – Manutenção da Educação Especial

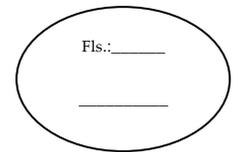
33.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas (150010010000)

Os recursos são de origem municipal.

6. JUSTIFICATIVA DA PARCERIA

A Prefeitura Municipal de Ouro, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, repassa mensalmente um recurso financeiro à APAE que é a mantenedora do CAESP WANDA MEYER, o qual presta atendimentos educacionais, clínicos e de assistência social a pessoas com atraso global de desenvolvimento, deficiência intelectual ou múltipla e Transtorno do Espectro Autista, visando desenvolver as potencialidades, valorizando a cidadania e garantindo a participação efetiva na comunidade em que está inserido, por meio de um processo socioeducativo que ocorre desde o nascimento até a fase adulta, através de currículos adaptados e funcionais para que possam permanecer na escola e obter sucesso no desenvolvimento.

Por essa razão, visando à continuidade do atendimento, se faz necessário que seja disponibilizada a ajuda na forma dos repasses conforme apresentado via plano de trabalho, o qual foi analisado e aprovado via comissão devido a grande relevância do serviço prestado. Portanto



essa secretaria entende que de fato o trabalho prestado pela APAE é extremamente eficiente visando à melhoria contínua dos educandos envolvidos nesse processo, cujo único objetivo é a formação dos mesmos de forma justa, pedagógica, humana e inclusiva.

7. PLANO DE TRABALHO E QUALIFICAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA

7.1. Ofício solicitando a parceria com a devida assinatura do subscritor. O mesmo deve ser composto por: (a) identificação do subscritor da proposta; (b) identificação do interesse público envolvido; (c) diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida;

7.2. Plano de Trabalho conforme art. 22 da Lei nº 13.019/2014 devidamente preenchido e assinado pelo representante, conforme a instrução normativa do Tribunal De Contas De Santa Catarina nº TC-33/2024 contendo:

- A. Identificação e credenciais do proponente, objetivos sociais da entidade, com informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto;
- B. Descrição do título, do objeto e da finalidade do projeto, de modo a permitir a identificação precisa do que se pretende realizar ou obter;
- C. Descrição da realidade que será objeto do projeto, caracterizando seu interesse público e demonstrando o nexo entre essa realidade e as atividades e metas a serem atingidas;
- D. Descrição das metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados, evidenciando os benefícios sociais e/ou econômicos a serem atingidos;
- E. Previsão de receitas e despesas a serem realizadas na execução do projeto, incluindo fontes de recursos de outras origens;
- F. Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;
- G. Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento de metas);
- H. Plano de aplicação com orçamento detalhado dos bens e serviços a serem adquiridos ou contratados;
- I. Cronograma físico de execução;
- J. Cronograma financeiro de desembolso;
- K. Especificação completa dos bens a serem produzidos ou adquiridos, bem como dos serviços a serem contratados, discriminando o custo de sua aquisição no mercado.

7.3. Cópia autenticada da ata de eleição do quadro dirigente atual (Art. 34, V da Lei nº 13.019/2014);

7.4. Certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e de eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por Junta Comercial (Art. 34, III da Lei nº 13.019/2014);

7.5. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica com no mínimo um ano de existência, com cadastro ativo (Art. 33, V da Lei nº 13.019/2014);

7.6. Regularidade perante a Fazenda Federal (Art. 34, II da Lei nº 13.019/2014);

7.7. Regularidade perante a Fazenda Estadual (Art. 34, II da Lei nº 13.019/2014);

7.8. Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede da OSC (Art. 34, II da Lei nº 13.019/2014);

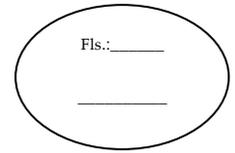
7.9. Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (Art. 34, II da Lei nº 13.019/2014);

7.10. Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas) (Art. 34, II da Lei nº 13.019/2014);

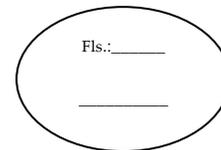
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE OURO

Rua Gov. Jorge Lacerda - nº 1.209 - Centro – 89.663-000 – Ouro – SC

CNPJ nº 82.777.228/0001-57 – Fone/Fax: (0**49) 3555-7000



- 7.11. Atestado de capacidade técnica que demonstre experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante (Art. 35, III da Lei nº 13.019/2014);
- 7.12. Comprovação de que a Organização da Sociedade Civil funciona no endereço por ela declarado. Por exemplo, apresentação de conta de consumo ou contrato de locação. Em caso de não possuir sede declaração justificando (Art. 34, VII da Lei nº 13.019/2014);
- 7.13. Relação nominal atualizada dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF e órgão expedidor de cada um deles. (Art. 34, VI da Lei nº 13.019/2014);
- 7.14. Documento que contenha os dados bancários da conta bancária (isenta de tarifa) vinculada para recebimento (Art. 51 da Lei nº 13.019/2014);
- 7.15. Se possuir sede, atestado de funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses e cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal;
- 7.16. Apresentar declaração de que:
- A. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - B. Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
 - C. Está ciente e concorda com as disposições previstas bem como, se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo;
 - D. Que o termo a ser pactuado está sendo celebrado com uma Organização da Sociedade Civil (OSC) (Art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c” da Lei n. 13.019/2014);
 - E. A Organização da Sociedade Civil possui normas de organização interna que preveem expressamente objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social Art. 33, I, §1º da Lei n. 13.019/2014. Obs: requisito dispensado em se tratando de organização religiosa ou sociedade cooperativa (art. 33, §§2º e 3º da Lei n. 13.109/2014);
 - F. Que representante legal da Organização da Sociedade Civil e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas (art. 39 da Lei Federal nº 13.019/2014);
 - G. Que a Organização da Sociedade Civil não incorre em nenhuma das hipóteses de impedimento trazidas pelo art. 39 da Lei n. 13.019/2014;
 - H. Que a Organização, se compromete a cumprir rigorosamente o Plano de Trabalho, mantendo durante todo o período da parceria as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação;
 - I. A Organização possui escrituração de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, inciso IV da Lei nº 13.019/2014);
 - J. Possui instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;
 - K. Em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei n. 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33 da Lei nº 13.019/2014);
 - L. Se compromete em atender o disposto no Art. 11 da Lei 13.019/2014, de forma especial a divulgação na internet e em locais visíveis da rede social e, quando for o caso, nos



estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a Prefeitura Municipal de Ouro;

M. A entidade não está em falta com relação às prestações de contas relativas a recursos anteriormente recebidos da Administração Pública mediante convênios, acordos, ajustes, subvenções sociais, contribuições, auxílios ou similares;

N. Durante o período de vigência da parceria não haverá contratação ou remuneração, a qualquer título e com os recursos repassados por força do Instrumento em referência, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante. Bem como, aos respectivos familiares de até 2º grau.

8. FORMALIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A fiscalização ocorre simultaneamente à execução das parcerias, com o monitoramento e avaliação realizados pelo "Gestor da Parceria" e pela "Comissão de Monitoramento e Avaliação". O objetivo é acompanhar o desempenho em relação às metas, com ações preventivas e corretivas para garantir uma gestão eficiente. O Termo de Fomento deve incluir procedimentos de monitoramento, como visitas in loco e pesquisas de satisfação, conforme os Artigos 58 a 60 da Lei nº 13.019/2014.

8.2. Gestor Da Parceria:

I. O gestor da parceria foi estabelecido pela Portaria nº 242, de 21 de março de 2023.

8.3. Comissão De Monitoramento E Avaliação:

I. A designação da Comissão de Monitoramento e Avaliação foi instituída pela Portaria nº 675/2024.

8.4. O repasse será formalizado conforme minuta do Termo de Fomento – Anexo II.

9. IMPUGNAÇÃO

9.1. Conforme Art. 32. da Lei nº 13.019/2014, admite-se a impugnação à justificativa, apresentada no prazo de cinco dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável em até cinco dias da data do respectivo protocolo. Havendo fundamento na impugnação, será revogado o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público, e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, conforme o caso. Na hipótese de ausência de qualquer impugnação, serão tomadas as providências para a formalização do Termo de Fomento.

9.2. Para fins de garantir a ampla publicidade, este ato, junto com os demais documentos mencionados neste documento, será divulgado:

I - Página do Ouro/SC (www.ouro.sc.gov.br);

II - Diário Oficial dos Municípios – DOM.

9.3. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Extrato de publicação da justificativa

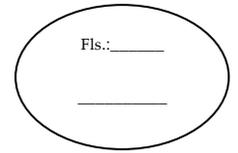
Anexo II – Minuta de Termo de Fomento

Município de Ouro/SC, 19 de fevereiro de 2025.

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE OURO

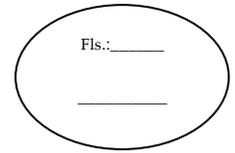
Rua Gov. Jorge Lacerda - nº 1.209 - Centro – 89.663-000 – Ouro – SC

CNPJ nº 82.777.228/0001-57 – Fone/Fax: (0**49) 3555-7000



Claudir Duarte
Prefeito Municipal

Edinéia Rech Schlindwein
Secretária Municipal da Educação, Cultura e Desporto



ANEXO I

**MUNICÍPIO DE OURO/SC
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2025**

A finalidade da presente Inexigibilidade de Chamamento Público é a celebração de parceria com ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, inscrita no CNPJ nº 83.826.370/0001-00, com sede na Rua Agenor Trancoso, nº 378, Bairro São Luiz, na cidade de Capinzal - SC, por meio da formalização de Termo de Fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme condições estabelecidas no referido Termo.

DO OBJETO: Repasse de recursos para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

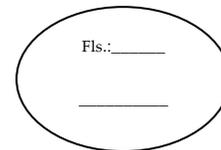
DA JUSTIFICATIVA: A Prefeitura Municipal de Ouro, através da Secretaria de educação, Cultura e Desporto, repassa mensalmente um recurso financeiro à APAE que é a mantenedora do CAESP WANDA MEYER, o qual presta atendimentos educacionais, clínicos e de assistência social a pessoas com atraso global de desenvolvimento, deficiência intelectual ou múltipla e Transtorno do Espectro Autista, visando desenvolver as potencialidades, valorizando a cidadania e garantindo a participação efetiva na comunidade em que está inserido, por meio de um processo socioeducativo que ocorre desde o nascimento até a fase adulta, através de currículos adaptados e funcionais para que possam permanecer na escola e obter sucesso no desenvolvimento. Por essa razão, visando a continuidade do atendimento, se faz necessário que seja disponibilizada a ajuda na forma dos repasses conforme apresentado via plano de trabalho, o qual foi analisado e aprovado via comissão devido a grande relevância do serviço prestado. Portanto essa secretaria entende que de fato o trabalho prestado pela APAE é extremamente eficiente visando à melhoria contínua dos educandos envolvidos nesse processo, cujo único objetivo é a formação dos mesmos de forma justa, pedagógica, humana e inclusiva.

DA IMPUGNAÇÃO: Conforme Art. 32. da Lei nº 13.019/2014, admite-se a impugnação à justificativa, apresentada no prazo de cinco dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável em até cinco dias da data do respectivo protocolo. Havendo fundamento na impugnação, será revogado o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público, e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, conforme o caso. Na hipótese de ausência de qualquer impugnação, serão tomadas as providências para a formalização do Termo de Fomento.

Ouro/SC, 19 de fevereiro de 2025.

Claudir Duarte,
Prefeito Municipal

Edinéia Rech Schlindwein
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto



ANEXO II

MINUTA TERMO DE FOMENTO Nº ___/202__

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE _____ E A _____, TENDO POR OBJETO _____

O **MUNICÍPIO DE OURO**, pessoa Jurídica com direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.228/0001-57, com sede na Rua Governador Jorge Lacerda, nº 1209, no Centro da Cidade de Ouro/SC, CEP: 89.663-000, através do Ordenador de Despesas, Excelentíssimo Prefeito Municipal Sr./Sra. _____, (nacionalidade), (estado civil), portador do CPF nº __.***.***-__, e pelo/a Secretário/a Municipal de _____, Sr./Sra. _____, portadora do CPF nº __.***.***-__, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e a _____, inscrita no Cadastro de Pessoa Jurídica sob nº __.***.***/___-**, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro _____, cidade _____, representada por sua Presidente, Sra./Sr. _____, portadora do CPF nº _____, doravante denominada **OSC**, resolvem celebrar o presente instrumento, decorrente da Inexigibilidade de Chamamento Público nº ___/202__, regidos pela Lei 13.019/2014, na forma e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do Presente Termo de Fomento é a execução de (aquele que consta no Plano de Trabalho) visando a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, conforme especificações estabelecidas no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

2.1. Trata-se de fase, concomitante à fase de execução, onde a Administração deve promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto durante a execução das parcerias, por intermédio do “Gestor da Parceria” e da “Comissão de Monitoramento e Avaliação”, órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, com o propósito de acompanhar e medir o seu desempenho em relação aos objetivos e metas estabelecidas.

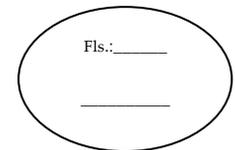
2.2. GESTOR DA PARCERIA:

A Administração Pública nomeia como gestor do presente instrumento a/o Sra/Sr. _____, conforme portaria nº _____, Matrícula nº _____ em cumprimento ao disposto no Art. 35 alínea “g” da Lei Federal n. 13.019/2014.

2.3. Gestor é o agente público, designado por ato formal do dirigente máximo do órgão/entidade, publicado em meio oficial de comunicação, que detém poderes de controle e fiscalização das parcerias. Tal designação deve cair sobre pessoa habilitada a controlar e fiscalizar a execução em tempo hábil e de modo eficaz (art. 2º, VI e art. 8º, III da Lei nº 13.019/2014).

2.4. As atribuições do Gestor são as previstas no art. 61 da Lei nº 13.019/2014.

- I. Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- II. Informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão



dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

- III. Emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59;
- IV. Disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;
- V. As situações previstas no **caput** devem ser comunicadas pelo gestor ao administrador público.

2.5. COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

Definição (art. 2º, XI da Lei nº 13.019/2014): constitui instância administrativa colegiada, designada por ato formal do dirigente máximo do órgão/entidade da Administração Pública, publicado em meio oficial de comunicação, composta por, no mínimo, 3 (três) membros, sempre em número ímpar e, contendo pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo ou de emprego permanente.

2.6. As ações de monitoramento e avaliação terão caráter preventivo e saneador, para apoiar à boa e regular gestão das parcerias, devendo o Termo de Fomento prever procedimentos de monitoramento e avaliação da execução de seu objeto, a serem realizados pela Administração Pública, incluindo, entre outros mecanismos, visitas *in loco* e, quando necessário, pesquisa de satisfação, em conformidade com os arts. 58 a 60 da Lei nº 13.019/2014.

2.7. Designada pela portaria nº _____ a Comissão de Monitoramento e Avaliação, composta por seus membros:

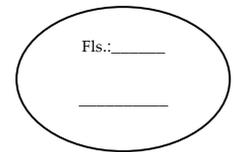
Sr./Sra. _____, Matrícula nº _____;
Sr./Sra. _____, Matrícula nº _____;
Sr./Sra. _____, Matrícula nº _____;

2.8. Atribuições:

- a) Receber o relatório de execução do objeto emitido pela entidade, a verificação de todo o serviço prestado de acordo com o projeto básico (objeto deste edital), Plano de Trabalho e projeto apresentados para celebração da parceria;
- b) Realizar apreciação dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação;
- c) Acompanhar a execução dos serviços prestados;
- d) Será facultado a Comissão de Monitoramento e Avaliação promover, em qualquer fase, diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição dos critérios de habilitação de cada interessado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar a decisão da comissão;
- e) Monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante Termo de Fomento.

2.9. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter, Art. 59, § 1º da Lei nº 13.019/2014:

- I. Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- II. Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho;



- III. Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela Organização da Sociedade Civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;
- IV. Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

2.10. Nas parcerias com vigência superior a um ano, o órgão/entidade pública realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação e, nesse caso, a sistematização será circunstanciada em documento que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e eventuais providências (art. 58, §2º da Lei 13.019/2014).

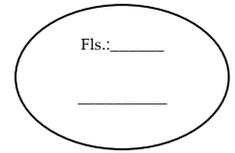
2.11. Sem prejuízo da fiscalização pela Administração Pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, estando sujeita também aos mecanismos de controle social previstos na legislação (art. 60 da Lei nº 13.019/14).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1. São obrigações dos Participes:

I. OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- a) Promover repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho;
- b) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela Organização da Sociedade Civil;
- c) Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do Plano de Trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- d) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto Termo de Fomento;
- e) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
- f) Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- g) A administração pública poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;
- h) Comunicar á OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimento e informações;
- i) Designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no Art. 61 da Lei 13.019/2014;
- j) Retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da Organização da Sociedade Civil, exclusivamente para assegurar o



atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do Art. 62, inciso I, da Lei 13.019/2014;

- k)** Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da Organização da Sociedade Civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, Art. 62 da Lei 13.019/2014:
- I.** Retomar os bens públicos em poder da Organização da Sociedade Civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
 - II.** Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela Organização da Sociedade Civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.
- l)** Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebidas;
- m)** Aplicar as sanções previstas na Lei nº 13.019/2024 e no atual instrumento;
- n)** A administração pública deverá manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, conforme Art. 10 da Lei 13.019/2014.

II. DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

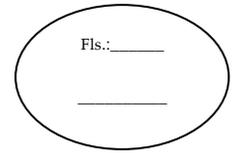
Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias e os recursos repassados pela Prefeitura Municipal de _____ são destinados exclusivamente para despesas de custeio conforme Plano de Trabalho.

- a)** Cumprir fielmente o objeto, conforme Edital de Inexigibilidade de Chamamento Público nº ____/202__, e o qual também consta no Plano de Trabalho;
- b)** Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- c)** Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitado, desde que necessário ao acompanhamento e controle da execução do respectivo objeto;
- d)** Permitir o livre acesso do gestor da parceria, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação e servidores do Sistema de Controle Interno do Município de _____, a todos os documentos relativos à execução do objeto de Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento *in loco* e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;
- e)** Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- f)** Responder exclusivamente pelo pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do Plano de Trabalho e dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da Instituição em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE OURO

Rua Gov. Jorge Lacerda - nº 1.209 - Centro – 89.663-000 – Ouro – SC

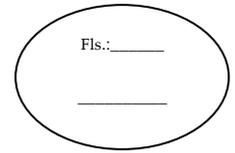
CNPJ nº 82.777.228/0001-57 – Fone/Fax: (0**49) 3555-7000



- g) Prestar contas à Administração Pública, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Fomento, nos termos do Capítulo IV da Lei nº 13.019/2014;
- h) Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Fomento:
 - I. Caso a entidade adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem deverá ser gravado com cláusula de inalienabilidade e deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à Administração, na hipótese de sua extinção;
 - II. Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;
 - III. Garantir sua guarda e manutenção;
 - IV. Comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
 - V. Arcar com todas as despesas referentes a transporte, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;
 - VI. Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito mediante protocolo ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC;
 - VII. Durante a vigência do Termo de Fomento, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.
- i) Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Fomento, restituir a Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo de 30 (trinta) dias, conforme Art. 52 da Lei nº 13.019/2014;
- j) Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a entidade deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas conforme Parágrafo único do Art. 68 da Lei 13.019/2014;
- k) A Organização da Sociedade Civil deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública, conforme Art. 11 da Lei 13.019/2014;
- l) Quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual, federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

4.1. O prazo de vigência do presente instrumento será de _____ até _____, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no Art. 55 e Parágrafo Único, da Lei nº 13.019/2014.



4.2. A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, desde que presente o interesse público, mediante assinatura de termo aditivo e apostilamento, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência, pela OSC a Administração Pública.

4.3. O aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento, será concedido mediante ofício encaminhado pela OSC a Administração Pública e a verificação pela se tal é vantajosa para o Município de _____.

Parágrafo único. A prorrogação de ofício da vigência do Termo de Fomento deve ser feita pela administração pública quando ela der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

4.4. O Plano de Trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao Plano de Trabalho original.

CLÁUSULA QUINTA – DA TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA

5.1. Para a execução do projeto previsto neste Termo de Fomento, serão disponibilizados recursos no valor total de R\$ _____ sendo pago em _____ parcelas no valor de R\$ _____, conforme cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DA RUBRICA ORÇAMENTARIA

6.1. Correndo as despesas do presente Termo de Fomento por conta da dotação:

Ação _____
Funcional _____ – _____
Elemento _____ – _____
Vínculo _____ – _____

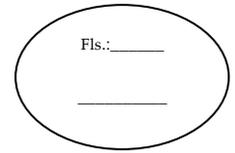
CLÁUSULA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

7.1. Para fins de execução deste Termo de Fomento, Administração Pública e OSC obrigam-se a cumprir e manterem-se de acordo com as disposições e os princípios da Lei Geral de Proteção de Dados -Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), especialmente no que se refere à legalidade no tratamento dos dados pessoais a que tiverem acesso em razão deste instrumento.

7.2. Em relação à LGPD, cada Partícipe será responsável isoladamente pelos atos a que derem causa, respondendo, inclusive, pelos atos praticados por seus prepostos e/ou empregados que estiverem em desconformidade com os preceitos normativos aplicáveis.

7.3. Na ocorrência de qualquer incidente (perda, destruição e/ou exposição indesejada e/ou não autorizada) que envolva os dados pessoais tratados em razão do presente instrumento, deverá o Partícipe responsável pelo incidente comunicar imediatamente ao outro Partícipe, apresentando, no mínimo, as seguintes informações:

- I. A descrição dos dados pessoais envolvidos;
- II. A quantidade de dados pessoais envolvidos (volumetria do evento); e
- III. Quem são os titulares dos dados pessoais afetados pelo evento.



7.4. Caso um dos Partícipes seja destinatário de ordem judicial ou notificação/requisição de qualquer órgão, agência, autoridade ou outra entidade oficial, relativa ao tratamento de dados pessoais que tenham sido compartilhados em decorrência do presente instrumento, o Partícipe notificado deverá, imediatamente, comunicar ao outro partícipe.

7.5. Administração Pública e OSC se obrigam a, após o encerramento deste instrumento e/ou após o exaurimento das finalidades para as quais os dados pessoais foram coletados, o que vier primeiro, deletar e/ou destruir todos os documentos e informações recebidas do outro Partícipe contendo os dados pessoais fornecidos, sejam em meios físicos ou digitais, eliminando-os de seus arquivos e banco de dados, podendo ser mantidos os dados pessoais necessários para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória e/ou para o uso exclusivo do Partícipe, mediante a anonimização dos dados.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES E DAS VEDAÇÕES

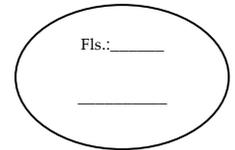
8.1. O Plano de Trabalho deverá ser executado com estrita observância das cláusulas pactuadas neste Termo de Fomento.

I. É vedado á OSC:

- a) A redistribuição dos recursos á outra Organização da Sociedade Civil, congênere ou não;
- b) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos dos Poderes Executivos e Legislativos do Município, servidores municipais e de comissionados, bem como as pessoas ligadas a qualquer deles por matrimônio ou parentesco afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, Art. 39, inciso III da Lei 13.019/2014, juntamente com o Art. 128 da Lei Orgânica do Município de Ouro;
- c) Utilizar, ainda em caráter emergencial, recursos para a finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;
- d) Modificar o objeto, exceto no caso de ampliação de metas, desde que seja previamente aprovada a adequação do Plano de Trabalho pela Administração Pública;
- e) Realizar pagamento com a valor do repasse, despesas com data anterior à vigência da parceria;
- f) Transferir recursos da conta corrente especifica para outras contas bancarias;
- g) E demais vedações citadas na Lei nº 13.019 de 31 de junho de 2014 que estabelece um regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações de Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou projetos previamente estabelecidas em planos de trabalho inseridos em termos de fomento, define diretrizes para a política de fomento com a OSC.

II. É vedado á Administração Pública:

- a) Praticar atos de inerência na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcionem o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida OSC;
- b) Cabe a Administração Pública não efetuar pagamento em data posterior a vigência da parceria, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da Administração Pública.



8.2. Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Organização da Sociedade Civil parceira as seguintes sanções, Art. 73 da Lei nº 13.019/2014:

- I. Advertência;
- II. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- III. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

8.3. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal de _____, Gestor do Termo de Fomento ou Chefe do Poder Executivo Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de aplicação da penalidade, Art. 73, § 1º da Lei nº 13.019/2014.

8.4. Prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria, Art. 73, §2º da Lei nº 13.019/2014.

8.5. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração, Art. 73, §3º da Lei nº 13.019/2014.

8.6. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas gerais vigentes, a administração pública municipal poderá aplicar a Organização da Sociedade Civil as sanções previstas no Art. 73, da Lei 13.019/2014.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

9.1. A Organização da Sociedade Civil selecionada deverá apresentar a prestação de contas na forma e prazos determinados na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, bem como, de acordo com as necessidades específicas do órgão solicitante da parceria, sendo que, o modo e a periodicidade das prestações de contas serão previstos no instrumento da parceria e no Plano de Trabalho, devendo ser compatíveis com o período de realização das etapas.

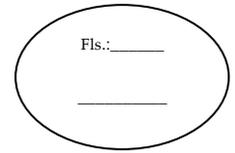
9.2. Para fins de prestação de contas, a OSC deverá apresentar Relatório Final da Execução do Objeto, no prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, Art. 69 da Lei 13.019/2014.

9.3. As fases de apresentação das contas pelas organizações da sociedade civil e de análise e manifestação conclusiva das contas pela administração pública municipal iniciam-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros e terminam com a avaliação final das contas e demonstração de resultados.

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE OURO

Rua Gov. Jorge Lacerda - nº 1.209 - Centro – 89.663-000 – Ouro – SC

CNPJ nº 82.777.228/0001-57 – Fone/Fax: (0**49) 3555-7000



9.4. A prestação de contas deverá ser encaminhada para a Prefeitura Municipal de _____ por meio de endereço eletrônico, quando tal não for possível a OSC deverá entregar a prestação de contas manualmente na Prefeitura Municipal de _____, juntamente com uma justificativa.

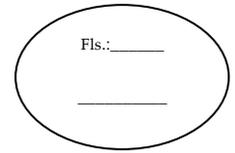
9.5. A prestação de contas e todos os atos dela decorrentes serão realizados em plataforma eletrônica, permitida a visualização a qualquer interessado por meio do sítio da Prefeitura de _____, para tanto, devem os dirigentes da OSC possuírem certificação digital, observada a legislação vigente.

9.6. As prestações de contas dos recursos recebidos deverão ser encaminhadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA até 30 (trinta) dias após a data do repasse dos recursos, sob pena de suspensão de novas transferências, e deverão ser compostas dos seguintes itens:

- I. Ofício de encaminhamento dirigido à Prefeitura Municipal de _____ explicitando o valor recebido e gasto na parcela;
- II. Declaração firmada pelo representante da OSC, atestando, sob as penas da lei, que os valores transferidos foram aplicados integralmente no objeto do projeto aprovado, nos termos do Plano de Trabalho e Cronograma de Desembolso e, que os objetivos pertinentes àquele período foram atingidos, atestando, ainda, a autenticidade de toda a documentação que compõe a prestação de contas e que os gastos se deram dentro do respeito aos princípios da eficiência e economicidade;
- III. Relação nominal das despesas demonstrando os valores pagos com o número dos respectivos comprovantes das operações bancárias;
- IV. Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, contendo:
 - a) Relatório técnico completo e detalhado de todas as atividades desenvolvidas pela OSC no período de referência da parcela recebida;
 - b) Cronograma no qual conste dias, locais, horários no período de referência da parcela recebida;
 - c) Os documentos de comprovação do cumprimento do objeto e realização das ações, como fichas de inscrição, listas de presença, fotos e vídeos, ou outros conforme o caso, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado.
- V. Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, demonstrando as receitas e as despesas aplicadas no objeto da parceria, inclusive dos rendimentos financeiros;
- VI. O relatório de execução financeira deverá ser acompanhado dos extratos bancários da conta específica vinculada à execução da parceria e da conciliação bancária do período de que trata a prestação de contas;
- VII. Cópia das notas e dos comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da Organização da Sociedade Civil e número do instrumento da parceria.

9.7. A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

- I. Extrato da conta bancária específica;



- II.** Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da instituição e número do instrumento da parceria;
- III.** Comprovante do recolhimento de valor não aplicado, quando houver;
- IV.** Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;
- V.** Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
- VI.** Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§2.º A Organização da Sociedade Civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

9.8. A prestação de contas relativa à execução do termo deverá conter os documentos previstos no Plano de Trabalho, bem como os seguintes relatórios:

- I.** Relatório de execução do objeto, elaborado pela Organização da Sociedade Civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II.** Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho.

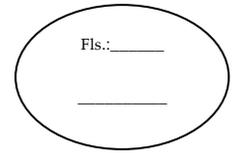
9.9. A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

- I.** Relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria;
- II.** Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução de Fomento. Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
 - I.** Os resultados já alcançados e seus benefícios;
 - II.** Os impactos econômicos ou sociais;
 - III.** O grau de qualidade do serviço para o público-alvo.

9.10. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

- I.** Aprovação da prestação de contas;
- II.** Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
- III.** Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

9.11. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a Organização da Sociedade Civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.



§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

9.12. A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

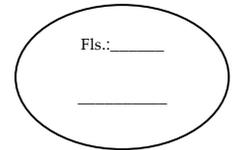
- I. Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
- II. Nos casos em que não for constatado dolo da Instituição ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

9.13. As prestações de contas serão avaliadas:

- I. Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
- II. Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- III. Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
 - a) Omissão no dever de prestar contas;
 - b) Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no Plano de Trabalho;
 - c) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
 - d) Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

9.14. O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

9.15. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após, exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a Organização da Sociedade Civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo Plano de Trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do Plano de Trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.



9.16. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, da instituição deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

9.17. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA poderá exigir informações adicionais se houver necessidade de sanar dúvidas em relação aos comprovantes e formulários entregues para a prestação de contas.

9.18. Todas as despesas realizadas e comprovadas na prestação de contas deverão observar pertinência com o objeto do Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

10.1. O presente Termo de Fomento poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer tempo, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência.

10.2. Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Fomento o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constada pelo Município, retardamento injustificado na realização da execução do objeto do termo, a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho, ou a falsidade ou incorreção de informações em qualquer documento apresentado.

10.3. Em caso de denuncia ou rescisão unilateral por culpa, dolo ou má gestão por parte da OSC, devidamente comprovado, a Organização da Sociedade Civil não terá direito a qualquer indenização.

10.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta dias), sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública, Art. 52 da Lei 13.019/2014.

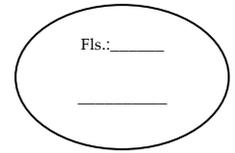
10.5. Caso a Organização da Sociedade Civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção, Art. 35, § 5º da Lei 13.019/2014.

10.6. Conforme o art. 36 da Lei nº 13.019/2014, tanto em caso de conclusão ou extinção da parceria o Administrador Público deliberará sobre a destinação de bens remanescentes, se for o caso, adquiridos no âmbito da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMÉRIA – DA OBRIGATORIEDADE DE RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DA LIBERAÇÃO E CONTABILIZAÇÃO DOS RECURSOS

11.1. A OSC se obriga a restituir o valor transferido pela Administração Pública, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, a partir da data de seu recebimento, na forma da legislação, nos seguintes casos:

- I. Quando não for executado o objeto da avença;



- II. Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas e ensejar caso de Tomada de Contas Especial;
- III. Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho aprovado;

11.2. Os recursos serão depositados em conta bancária específica da OSC.

Caso os recursos depositados em conta corrente específica não sejam utilizados no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contado a partir da efetivação do depósito, o Termo será rescindido unilateralmente pela Administração Pública, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Gestor do Termo de Fomento ou pelo dirigente máximo da entidade da Administração Pública.

11.3. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nas hipóteses de existirem impropriedades na execução do objeto, ficando retidas até o saneamento das impropriedades ou irregularidades detectadas nos seguintes casos:

- I. Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;
- II. Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento; ou
- III. Quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

11.4. A verificação das hipóteses de retenção previstas na Sub-cláusula 12.3. ocorrerá por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

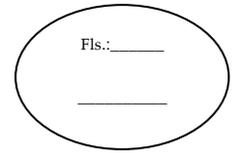
- I. A verificação da existência de denúncias aceitas;
- II. A análise das prestações de contas anuais;
- III. As medidas adotadas para atender a eventuais recomendações existentes dos órgãos de controle interno e externo; e
- IV. A consulta aos cadastros e sistemas federais que permitam aferir a regularidade da parceria.

11.5. O atraso na liberação das parcelas pactuadas no Plano de Trabalho sem justificativa plausível, configura inadimplemento de obrigação e se este perdurar:

- I. Por mais de 30 (trinta) dias, a OSC poderá suspender as atividades até a regularização do desembolso; ou
- II. Por mais de 60 (sessenta) dias, a OSC poderá rescindir a parceria firmada, garantindo-se acerto final com liberação de recursos proporcional a eventual alocação de recursos próprios da entidade.

11.6. Os recursos da parceria geridos pelas organizações da sociedade civil celebrante e executantes não caracterizam receita própria estando vinculados aos termos do Plano de Trabalho, devendo ser alocado nos seus registros contábeis nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade.

11.7. As OSC's que receberem recursos não poderão cobrar qualquer quantia monetária dos participantes diretos do projeto para pagamentos de itens constantes no Plano de Trabalho da



proposta, tais como: mensalidades, ingressos, taxas de inscrição em festivais, alimentação, transporte, entre outros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

12.1. O Art. 45 cita “As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, sendo vedado:

- I. Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;
- II. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.”

12.2. De acordo com o Artigo 46 da Lei Federal nº 13.019/2014, poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:

- I. Remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho, inclusive de pessoal próprio da Organização da Sociedade Civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;
- II. Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;
- III. Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;
- IV. Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

12.3. A inadimplência da administração pública não transfere à Organização da Sociedade Civil a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

12.4. O pagamento de remuneração da equipe contratada pela Organização da Sociedade Civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

12.5. A comprovação das despesas realizadas com recursos da parceria pela Organização da Sociedade Civil será feita por meio de notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, desde que devidamente escriturados, com data do documento, valor, nome e CNPJ da Organização da Sociedade Civil e número do instrumento da parceria.

12.6. É vedada a realização de pagamentos antecipados com recursos da parceria, sendo possível pagamentos em parcelas aos fornecedores de bens e prestadores de serviços contratados pelas organizações da sociedade civil.

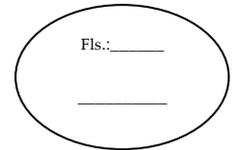
12.7. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores de bens e prestadores de serviços.

- a) O Termo de Fomento poderá dispensar a exigência prevista no item 13.7., quando houver a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, autorizando o pagamento em espécie, mediante justificativa plausível, Art. 53, § 2 da Lei 13.019/2014.

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE OURO

Rua Gov. Jorge Lacerda - nº 1.209 - Centro – 89.663-000 – Ouro – SC

CNPJ nº 82.777.228/0001-57 – Fone/Fax: (0**49) 3555-7000



12.8. É vedado o pagamento de juros, multas ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora do prazo, com recursos da parceria.

12.9. Os custos indiretos necessários à execução do objeto deverão ser previstos no Plano de Trabalho.

12.10. É permitida a aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, sendo vedado o pagamento de execução de obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas.

12.11. O órgão ou a entidade pública somente poderá autorizar pagamento em data posterior à vigência do Termo de Fomento quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência.

- I. Para efeitos do item 13.11, fato gerador consiste na verificação do direito adquirido pelo beneficiário, fornecedor ou prestador de serviço, com base nos títulos e documentos comprobatórios do crédito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PUBLICAÇÕES

13.1. A publicação do atual instrumento será nas plataformas eletrônicas como, o Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, no Site Oficial da Prefeitura Municipal de _____.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro de _____, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Aplicam-se os dispositivos, no que couber a Lei Federal nº 13.019/2014, que não foram mencionadas neste instrumento. E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 1 (uma) via, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Local/UF, ___/___/202_.

MUNICÍPIO DE _____
(Nome)
Prefeito Municipal
Administração Pública

ASSOCIAÇÃO _____
(Nome do Responsável)
Organizações da Sociedade Civil

Testemunhas:

Nome
CPF

Nome
CPF